

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

Sterlite Power

STERLITE BRAZIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 28.704.797/0001-27

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Administração da **Sterlite Brazil Participações S.A.** ("Brazil Participações" ou "SBP" ou "Controladora") em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. A respeito do Relatório da Administração, ressalta-se:

A Sociedade

A **Sterlite Brazil Participações S.A.** ("Brazil Participações" ou "SBP" ou "Controladora"), foi constituída em 30 de junho de 2017, e atualmente tem como acionistas as empresas estrangeiras Sterlite Power Transmission Limited e Sterlite Grid 5 Limited, ambas sediadas na Índia. É uma sociedade anônima fechada brasileira, de capital privado, cujo propósito principal é atuar como holding de empresas, participando no capital de outras sociedades.

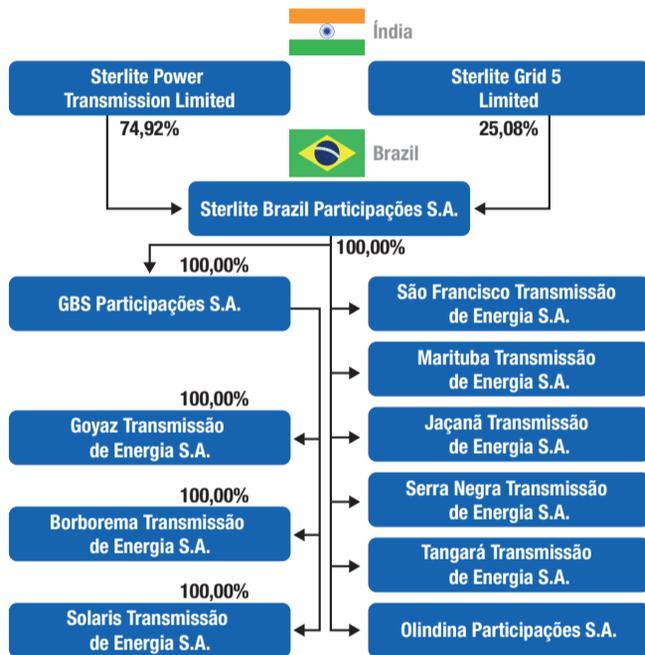
No Brasil, o grupo econômico da SBP é formado pela própria Controladora e por suas Subsidiárias integrais - Sociedades de Propósito Específico ("SPE").

A GBS Participações S.A., foi constituída dentro do planejamento de reestruturação societária e a partir de fevereiro de 2022, passou a ser controladora direta das SPEs: Goyaz Transmissão de Energia S.A., Borborema Transmissão de Energia S.A. e Solaris Transmissão de Energia S.A., através da transferência de 100% das suas ações, que até então eram de posse e controle total da SBP.

Em maio de 2022, após as condições precedentes terem sido conclusivas, foi efetivado o projeto de alienação de sua controlada Vineyards Participações S.A., que detém 100% das ações da SE Vineyards Transmissão de Energia S.A., cujo plano se iniciou em abril de 2021. Dessa forma, a Brazil Participações aceitou a oferta do fundo de investimento Vinci Energia Fundo de Investimentos em Participações em Infraestrutura para aquisição do ativo, que por meio da V2i Energia S.A. passou a ser o único acionista do ativo.

Em 2022, a Sterlite Brazil Participações incrementou seu portfólio de ativos através das Companhias: Jaçanã Transmissão de Energia S.A., Serra Negra Transmissão de Energia S.A. e Tangará Transmissão de Energia S.A., em razão de sagrar-se vencedora dos leilões de transmissão, Leilão de Transmissão da ANEEL nº 02/2021 e Leilão de Transmissão da ANEEL nº 01/2022 respectivamente, o que proporcionou aumento da RAP em aproximadamente R\$ 117 milhões ao Grupo.

A Companhia manteve seu controle direto em 31 de dezembro de 2022, com 100% de participação nas Companhias: GBS Participações S.A., Olindina Participações S.A., São Francisco Transmissão de Energia S.A., Marituba Transmissão de Energia S.A., Jaçanã Transmissão de Energia S.A., Serra Negra Transmissão de Energia S.A. e Tangará Transmissão de Energia S.A. e de forma indireta, nas SPEs: Goyaz Transmissão de Energia S.A., Borborema Transmissão de Energia S.A. e Solaris Transmissão de Energia S.A., através de sua subsidiária integral, a GBS Participações S.A.



Sector elétrico e aspectos regulatórios - segmento de transmissão

O sistema elétrico brasileiro permite o intercâmbio da energia produzida em todas as regiões do País, que estejam interligadas por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN). Em tal sistema, as geradoras produzem a energia, as transmissoras a transportam do ponto de geração até os centros consumidores, de onde as distribuidoras a levam até a casa dos cidadãos. Há ainda as comercializadoras, empresas autorizadas a comprar e vender energia para os consumidores livres (geralmente consumidores que precisam de maior quantidade de energia).

O setor elétrico brasileiro é regulado pela ANEEL, que tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério Minas Energia (MME), com a participação do Operador Nacional Elétrico (ONS), a quem cabe a atribuição de coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (SIN). Cabe, ainda, à ANEEL, mediante delegação do MME, conceder o direito de exploração dos serviços de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo e, sob delegação da ANEEL, realiza leilões de energia elétrica. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

As concessionárias outorgadas para prestação dos serviços públicos de transmissão de energia, são responsáveis pela conexão das geradoras aos grandes consumidores, ou às empresas distribuidoras ou a outras transmissoras que compõem a complexa rede do SIN, estas últimas também reguladas pela ANEEL que lhes fixa uma Receita Anual Permitida (RAP) pela prestação de tais serviços. A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante às transmissoras mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Perfil

O Grupo Sterlite Power no mundo caracteriza-se pela atuação especializada no segmento de infraestrutura para transmissão de energia, com projetos na Índia e no Brasil. Motivada pela inovação e excelência operacional, comprometida com sua missão de

oferecer serviços de infraestrutura de qualidade em transmissão de energia, o Grupo Sterlite Power, no Brasil representado pela SPB, trabalha para fortalecer o sistema de transmissão de energia no Brasil e, consequentemente, contribuir com o progresso socioeconômico do país.

A Sterlite Power Brasil trabalha para fortalecer o Sistema Interligado Nacional (SIN). Entre 2017 e 2020 ganhou dez lotes de leilões da ANEEL. Em dezembro de 2021 venceu o lote 2 durante o Leilão de Transmissão 02/2021 da ANEEL denominado Jaçanã, na Bahia. Em 2022, incorporou ao seu portfólio 2 lotes, do Leilão de Transmissão da ANEEL nº 01/2022, que originaram os projetos Tangará e Serra Negra.

Possui aproximadamente 2000 km de linhas de transmissão em projetos nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, contribuindo para o escoamento da energia elétrica gerada nessas regiões e, consequentemente, para o progresso socioeconômico do país.

Início das operações

Em 2022, a Sterlite Power Brasil iniciou a operação de alguns dos seus projetos: **Goyaz**, em junho de 2022 entrou em operação comercial parcial, a linha de transmissão Edéia-Cachoeira Dourada foi entregue à operação e a conclusão do projeto ocorreu em 25 de maio de 2023.

Borborema, a companhia entrou em operação comercial parcial em junho de 2022, com 89,57% da parcela da RAP e em novembro de 2022, as demais instalações foram entregues à operação, completando 100% da RAP original, as instalações de reforço serão entregues ainda no início do segundo semestre de 2023.

Solaris, a companhia entrou em operação comercial parcial em julho de 2022, equivalente a 29,22% da RAP original e em setembro de 2022 as demais instalações foram entregues à operação. Em janeiro de 2023 foi entregue o escopo adicional, referente ao reforço de 2 transformadores 500/230 - 13.8kV na SE Janaúba.

A companhia Marituba, possui previsão de início da operação comercial nos primeiros meses do segundo semestre de 2023. Os demais projetos de transmissão de energia elétrica que compõem o portfólio do Grupo SBP Brasil, encontram-se em fase de implantação, com previsões de início da operação comercial ao longo dos anos de 2023 e 2024.

Os quatro projetos em construção são:

Marituba (PA): compreende uma linha de transmissão entre Tucuruí e Marituba e extensão da Subestação de bay (SE Tucuruí e SE Marituba);

São Francisco (SE e BA): compreende uma linha de transmissão entre as subestações de Porto Sergipe e Olindina, linha de transmissão entre as subestações Olindina e Sapeaçu e linha de transmissão entre as subestações Morro do Chapéu II e Irecê e ampliação das respectivas subestações.

Borborema (PB): escopo adicional, reforço para implantação de novo transformador de 500/230 - 13.8 kV na SE João Pessoa II.

Jaçanã (BA): integração entre os pátios de 500 kV 3 230 kV na SE Olindina, com implantação de transformador de 500/230 - 13.8 kV.

Há, ainda, os projetos Serra Negra e Tangará, em fase de engenharia executiva e aquisição de equipamentos e serviços

Estruturação Financeira

Em 2021 a Companhia colocou em prática um novo modelo financeiro, permitindo acesso além das linhas de fomento do setor público para projetos de infraestrutura, como as do BNDES e fundos, e poder recorrer a financiamento por meio de bancos privados.

Ao longo de 2022 o grupo SBP Brasil obteve uma série de avanços nos financiamentos de longo prazo de seus projetos, destacando-se: **Marituba:** primeira emissão de debêntures no valor de R\$ 150 milhões e ainda R\$ 536 milhões referente ao financiamento do projeto junto ao Banco da Amazônia ("BASA"), porém desse montante foram recebidos R\$ 394.242 milhões até 31 de dezembro de 2022; **São Francisco:** em setembro de 2022, realizou a emissão de notas promissórias comerciais, em série única, no valor de R\$ 80 milhões, através do Banco Modal. Em janeiro de 2023, foi assinado um contrato no valor de R\$ 150 milhões com o FDNE, através do Banco do Brasil e em março de 2023 assinou empréstimo ponte no montante de R\$ 150 milhões com o Banco do Nordeste.

Processos de Licenciamento

PRINCIPAIS LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES AMBIENTAIS OBTIDAS EM 2022

Licença				
Projeto	Tipo	Nº de Licença	Órgão Emissor	Data de Emissão
GOYAZ	Licença de Operação	186/2022	SEMAD/GO	08/06/2022
GOYAZ	Licença de Operação	2022585	SEMAD/GO	03/05/2022
GOYAZ	Declaração de Inexigibilidade de Licenciamento Ambiental	2022302	SEMAD/GO	17/01/2022
GOYAZ	Declaração de Inexigibilidade de Licenciamento Ambiental	2022661	SEMAD/GO	27/01/2022
BORBOREMA	Licença de Operação	692/2022	SUDEMA/PB	05/04/2022
SÃO FRANCISCO	Licença de Instalação	1363/2020 - 1ª Retificação	IBAMA	23/12/2022

Governança corporativa

A Sterlite Brazil Participações S.A. é uma empresa de capital fechado que busca aperfeiçoar seu sistema de gestão, aplicando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito com seus acionistas, colaboradores, fornecedores e demais partes interessadas. A estrutura de governança brasileira tem como principal órgão a Diretoria Executiva formado pela presidência e por diretorias responsáveis por temas como cadeia de suprimentos, projetos, finanças, jurídico e recursos humanos.

Durante o ano de 2021, a Companhia implantou sistemas e ferramentas necessárias ao aprimoramento de sua governança e processos de controles internos, buscando, cada vez mais, a segurança e transparência nas informações, integração e alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos e estratégias do grupo.

Responsabilidade ambiental e social

Na implantação das linhas de transmissão de energia, o Grupo SBP no Brasil opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos ambientais, de qualidade, de saúde e segurança do trabalho. A SBP entende ser de suma importância uma análise integrada de critérios ambientais em longas extensões e sob diferentes aspectos, de modo a propor as ações, planos, programas e medidas, capazes de gerenciar os impactos ao meio ambiente e as populações inseridas nas proximidades das linhas e promover a preservação ambiental em todo o ciclo de vida de seus projetos.

Neste sentido, a companhia desenvolveu um conjunto completo de processos que cobre todas as fases do ciclo de vida de seus projetos. O SWW (Sterlite Way of Working) compreende: Handovers; Criação das SPEs; Licenciamento ambiental; Engenharia; Negociações fundiárias; Supply Chain Management; Gerenciamento e execução de projetos; Qualidade; Saúde e segurança no trabalho. O referido sistema obteve em 2020 as certificações ISO 9001(2015), ISO 14.001(2015) e ISO 45.001(2018) que foram mantidas em 2022.

São Paulo, 16 de junho de 2023

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	255.517	6.746	526.194	137.907
Concessionárias e permissionárias	6	–	–	7.189	–
Ativo de concessão	11	–	–	206.942	62.409
Prêmio de seguro		–	14	3.108	1.265
Tributos e contribuições a compensar	7	9.046	11.505	10.652	11.970
Adiantamento a fornecedores e funcionários	8	2.197	67	3.206	74
Dividendos a receber		2.901	1.874	–	–
Outros créditos		5	–	4.371	95
Valor a receber pela alienação de investimento	9	2.771	36.708	2.771	36.708
Partes relacionadas	10	2.202	6.136	–	–
Total do ativo circulante		274.639	63.050	764.433	250.428
Ativos de operações descontinuadas		–	–	–	522.406
Total do ativo circulante		274.639	63.050	764.433	772.834
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Ativo da concessão		–	–	2.692.417	871.318
Adiantamento a fornecedores	8	–	–	122.377	51.561
Tributos e contribuições a compensar	7	–	–	551	522
Impostos de renda e contribuição social diferido	16	17.818	22.310	17.901	22.310
Valores a receber pela alienação de investimento	9	5.213	–	5.213	–
Prêmio de seguro		11	5	2.432	1.201
Outros		–	–	–	499
		23.042	22.315	2.840.891	947.411
Investimentos	12	1.113.716	559.477	–	–
Imobilizado		3.132	2.339	3.132	2.339
Intangível		861	836	861	836
		1.117.709	562.652	3.993	3.175
Total do ativo não circulante		1.140.751	584.967	2.844.884	950.586
Total do ativo		1.415.390	648.017	3.609.318	1.723.420

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	13	8.654	3.839	194.244	108.412
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	90.071	–	182.105	123.018
Tributos e contribuições sociais	15	9.453	13.592	17.968	18.717
Imposto de renda e contribuição social		4.080	–	4.080	97
PIS e COFINS diferidos	16	–	–	11.633	2.278
Salários e encargos sociais		1.674	3.838	10.725	4.451
Arrendamentos		951	1.232	951	1.232
Encargos setoriais		–	–	327	–
Partes relacionadas	10	54.308	49.971	3.838	–
Dividendos a pagar		3.902	983	3.902	983
Outros		–	1	2.704	2
Total do passivo circulante		173.093	73.276	432.477	259.190
Passivos de operações descontinuadas		–	29.978	–	550.771
Total do passivo circulante		173.093	103.254	432.477	809.961
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	393.729	–	2.042.849	297.861
Arrendamentos		–	550	–	550
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	–	–	114.086	32.848
PIS e COFINS diferidos	16	–	–	158.125	37.987
Provisão para contingências	17	–	–	13.213	–
Total do passivo não circulante		393.729	550	2.328.273	369.246
Patrimônio líquido					
Capital social	18.a)	370.913	370.913	370.913	370.913
Reservas de lucros	18.b) e 18.c)	477.655	173.300	477.655	173.300
Total do patrimônio líquido		848.568	544.213	848.568	544.213
Total do passivo e patrimônio líquido		1.415.390	648.017	3.609.318	1.723.420

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

Sterlite Power

STERLITE BRAZIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 28.704.797/0001-27

→ continuação

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita de implementação da infraestrutura	-	-	1.395.265	753.965
Margem de implementação da infraestrutura	-	-	326.707	-
Remuneração do ativo de concessão	-	-	139.627	-
Receita de operação e manutenção	19	-	6.583	30.666
Receita operacional líquida	-	-	1.868.182	784.631
Custo de implementação de infraestrutura	20	-	(1.388.707)	(599.812)
Custo de operação e manutenção	20	-	(4.752)	-
Lucro bruto	-	-	474.723	184.819
Despesas operacionais	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	21	(36.047)	(33.654)	(43.892)
Ganho (perda) na alienação de investimentos	9	73.430	73.430	(8.161)
Resultado de equivalência patrimonial	12	310.671	-	-
Outras receitas (despesas)	-	168	-	168
Depreciação e amortização	-	(938)	(938)	(1.483)
Lucro antes do resultado financeiro líquido	-	367.100	513.279	131.283
Receitas financeiras	-	2.161	11.135	1.709
Despesas financeiras	-	(43.078)	(115.104)	(19.349)
Resultado financeiro líquido	22	(40.917)	(103.969)	(17.640)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro de operações em continuidade	-	326.183	84.537	409.760
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	(3.382)	-	(5.805)
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	(1.865)	22.310	(83.019)
Lucro líquido do exercício das operações em continuidade	-	320.936	106.847	320.936
Lucro (prejuízo) após os tributos das operações descontinuadas	4	(13.662)	(8.525)	(13.662)
Lucro líquido do exercício	-	307.274	98.322	307.274

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	307.274	98.322	307.274	98.322
Total de resultados abrangentes	307.274	98.322	307.274	98.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a realizar	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
Integralização de capital	40.236	-	-	-	-	-	40.236
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	98.322	98.322
Perda em transação entre sócios reflexa	-	(19.407)	-	-	-	-	(19.407)
Ganho em transação entre sócios	-	19.407	-	-	-	-	19.407
Estorno de dividendos distribuídos a maior	-	-	-	276	-	-	276
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(983)	(983)
Constituição de reserva legal	-	-	4.916	-	-	(4.916)	-
Constituição das reservas de retenção de lucros	-	-	-	92.423	-	(92.423)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	370.913	-	18.017	155.283	-	-	544.213
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	307.274	307.274
Constituição de reserva legal	-	-	15.364	-	-	(15.364)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(2.919)	(2.919)
Constituição das reservas de lucros a realizar	-	-	-	-	288.991	(288.991)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	370.913	-	33.381	155.283	288.991	-	848.568

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Objeto social: A Sterlite Brazil Participações Energia S.A. ("Companhia" ou "Brasil Participações"), é uma Companhia holding nacional, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, constituída em 30 de junho de 2017, e tem como objetivo social a participação no capital de outras sociedades ou em outros empreendimentos, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, associação em consórcio ou qualquer outro tipo de colaboração empresarial. A Companhia tem a sua sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, 105, 12º andar, no município de São Paulo. As acionistas são: Sterlite Power Transmission Limited., com sede em Mumbai, Índia e Sterlite Grid 5 Limited, com sede em Nova Deli, Índia. As Companhias: Marituba Transmissão de Energia S.A. ("Marituba"), São Francisco Transmissão de Energia S.A. ("São Francisco"), Jaçanã Transmissão de Energia S.A. ("Jaçanã"), Serra Negra Transmissão de Energia S.A. ("Serra Negra"), Tangará Transmissão de Energia S.A. ("Tangará") e GBS Participações S.A. (GBS) são controladas diretas da Sterlite Brazil Participações S.A.. Vale ressaltar que a Brazil Participações, controla indiretamente, as companhias: Borborema Transmissão de Energia S.A. ("Borborema"), Goyaz Transmissão de Energia S.A. ("Goyaz") e Solaris Transmissão de Energia S.A. ("Solaris"), através de sua subsidiária GBS Participações S.A., em razão de reorganização societária que ocorreu em 11 de fevereiro de 2022, que através de transferência de 100% das ações, ficaram sob o controle da GBS Participações S.A., subsidiária integral de Brazil Participações. Elas têm o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. A Companhia Olindina Participações S.A., foi constituída em 17 de março de 2022, e é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A.. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia Olindina não possui qualquer movimentação financeira, conta bancária ou qualquer outro tipo de movimentação e operação. Foi constituída com o propósito de receber eventuais aquisições em futuros leilões de transmissão da energia da Aneel. **1.2. Das concessões:** As controladas da Companhia possuem o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Prazo Contrato (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP (22-23)	
			Prazo (anos)	Próxima		R\$	Mês base
Controladas direta							
Marituba	26/2018	30/09/2048	5	2024	IPCA	80.156	02/2018
São Francisco	18/2018	30/09/2048	5	2024	IPCA	68.294	02/2018
Jaçanã	02/2022	30/03/2052	5	2024	IPCA	7.925	03/2022
Serra Negra	10/2022	30/09/2052	5	2024	IPCA	22.000	09/2022
Tangará	14/2022	30/09/2052	5	2024	IPCA	87.600	09/2022
Controladas indireta							
Borborema	15/2018	30/09/2048	5	2024	IPCA	33.434	02/2018
Borborema - RBNI	15/2018	30/09/2048	5	2024	IPCA	12.021	02/2018
Goyaz	23/2018	30/09/2048	5	2024	IPCA	32.931	02/2018
Solaris	31/2018	30/09/2048	5	2024	IPCA	36.585	02/2018
Solaris - RBNI	31/2018	30/09/2048	5	2024	IPCA	12.870	02/2018

1.3. Receita Anual Permitida - RAP: A RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão. A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão.

1.4. Encargos regulatórios: Conforme instituído pelo art.13 da Lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas. As controladas da Companhia aplicarão anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

1.5. Impactos do COVID-19 (Coronavírus) nos negócios do grupo: O negócio das controladas da Companhia apresenta receita previsível, reajustada pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia e de suas controladas não considera que exista risco de realização de seus recebíveis em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorizações subsequentes dos mesmos, a Companhia e suas controladas mitigam os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu perfil conservador. Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2022 até a data de emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração avaliou os efeitos da COVID-19 e seus impactos no: (i) uso do pressuposto de continuidade operacional; (ii) gestão de liquidez; (iii) exposição da Companhia e de suas controladas aos impactos no setor elétrico e, concluiu não existirem impactos a serem reconhecidos nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em decorrência deste assunto. **1.6. Principais eventos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:** Leilão Aneel 2022: Jaçanã - Em 31 de março de 2022, a Jaçanã Transmissão de Energia S.A. ("Jaçanã"), subsidiária integral da Brazil Participações, assinou o Contrato de Concessão nº 02/2022, em decorrência do resultado vencedor

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos sobre as operações em continuidade	326.183	84.537	409.760	113.643
Lucro antes dos tributos provenientes de operações descontinuadas	(15.552)	(5.146)	(15.552)	(5.146)
Lucro antes dos tributos	310.631	79.391	394.208	108.497
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) nas atividades operacionais				
Resultado de equivalência patrimonial	(310.671)	(129.855)	-	-
PIS e COFINS diferidos	-	-	129.493	32.264
Provisão para contingências	-	-	13.213	-
Depreciação e amortização	938	1.483	938	1.483
Atualização monetária - arrendamentos	277	356	277	356
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	29.796	-	105.669	4.367
Atualizações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	31.146	-
Apropriação dos custos de captação	-	-	4.000	-
Outros ajustes	4.873	1	(1.713)	2
	35.844	(48.624)	677.231	146.969
Decréscimo (acréscimo) de ativos				
Concessionárias e permissionárias	-	-	(7.189)	(1.206)
Ativo de concessão	-	-	(1.965.633)	(632.621)
Tributos e contribuições a compensar	2.459	319	1.286	(352)
Prêmio de seguro	8	78	(3.076)	(377)
Adiantamentos a fornecedores e funcionários	(2.130)	(63)	(73.851)	(34.899)
Partes relacionadas	3.934	(136)	-	-
Outros	2.811	-	(2.484)	(644)
Dividendos a receber	-	(3)	-	-
	7.082	195	(2.050.947)	(670.099)
Aumento (diminuição) nos passivos				
Fornecedores	4.815	3.018	85.829	17.197
Tributos e contribuições sociais	(4.139)	87	(1.622)	5.327
Encargos setoriais	-	-	327	23
Salários e encargos sociais	(2.164)	(1.260)	6.271	(3.236)
Partes relacionadas	4.517	(610)	3.838	(610)
Ativos/passivos de operações descontinuadas	(29.978)	154.267	-	-
Outras obrigações	(1)	-	1.869	-
Fluxo de caixa de atividades operacionais de operações descontinuadas	-	-	(42.624)	(12.778)
	(26.950)	155.502	53.888	5.913
Pagamento de imposto de renda e contribuição social				
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	15.297	107.073	(1.321.473)	(517.217)
Atividades de investimentos				
Investimento em controladas	(246.384)	(314.456)	-	-
Recebível alienação de investimentos	28.724	3.352	28.724	3.352
Aquisição de ativo imobilizado	(1.762)	(874)	(1.762)	(874)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	(219.422)	(311.978)	26.962	2.478
Atividades de financiamentos				
Aumento de capital	-	40.236	-	40.236
Debêntures e empréstimo captados líquidos do custo de emissão	687.000	-	2.225.995	416.512
Custo de captação de debêntures, empréstimos e financiamentos	(4.500)	-	(38.256)	-
Amortização do principal de debêntures e empréstimos	(201.390)	-	(444.362)	-
Amortização de juros de debêntures, empréstimos e financiamentos	(27.106)	-	(72.117)	-
Captação de empréstimos com partes relacionadas	-	49.791	-	-
Passivo de arrendamentos	(1.108)	(1.200)	(1.108)	(1.200)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento de operações descontinuadas	-	-	12.646	(6.395)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	452.896	88.827	1.682.798	449.151
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	248.771	(116.078)	388.287	(65.558)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.746	122.824	137.907	203.495
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	255.517	6.746	526.194	137.907

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aumento (diminuição) nos passivos

Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais

Atividades de investimentos

Investimento em controladas

Recebível alienação de investimentos

Aquisição de ativo imobilizado

Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos

Atividades de financiamentos

Aumento de capital

Debêntures e empréstimo captados líquidos do custo de emissão

Custo de captação de debêntures, empréstimos e financiamentos

Amortização do principal de debêntures e empréstimos

Amortização de juros de debêntures, empréstimos e financiamentos

Captação de empréstimos com partes relacionadas

Passivo de arrendamentos

Fluxo de caixa de atividades de financiamento de operações descontinuadas

Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento

Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício

Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

do Lote 02, do Leilão de Transmissão da ANEEL nº 02/2021, que ocorreu em 17 de dezembro de 2021, ao qual lhe conferiu o direito de exploração por 30 anos do projeto de instalação e transmissão de energia localizadas no Estado da Bahia, tais como: integração entre os pátios de 500kV e 230kV na SE Olindina, com a implantação de Transformação 500/230 -13,8kV, além das unidades de transformação, conexões de unidades de transformação, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. O contrato assegura Receita Anual Permitida - RAP no montante de R\$ 7.093 (R\$7.925 ajustado pelo IPCA ciclo 2022-2023), que será ajustado pelo IPCA. A Companhia está desenvolvendo as atividades preliminares para o início da implantação, com prazo contratual com a ANEEL para entrada em operação comercial em março de 2025, mas com previsão de antecipação ao prazo contratual com a ANEEL. **Serra Negra:** Em 30 de junho de 2022, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor de 2 lotes, Lote 05 e Lote 09, do Leilão de Transmissão da ANEEL nº 01/2022, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica. O Lote 05, cujo Contrato de Concessão nº 10/2022 foi assinado em 30 de setembro de 2022 e apresenta vigência de 30 anos com o Poder Concedente e será atualizado pelo IPCA. Será operado através da Serra Negra Transmissão de Energia S.A. ("Serra Negra") sua subsidiária integral. O projeto consiste nas instalações de transmissão de energia localizadas nos Estados de Sergipe e da Bahia, tais como: (I) Linha de transmissão Olindina - Itabaianinha, em 230 kV, circuito simples, C1, com extensão aproximada de 73,4 km, com origem na Subestação Olindina término na Subestação Itabaianinha; (II) Subestação Nossa Senhora da Glória II 230/69 kV, 2 x 150 MVA; (III) Seccionamento na linha de transmissão 230 kV, circuito duplo, Paulo Afonso III - Itabaianinha C2, com extensão aproximada de 20 km para entrada da Subestação Nossa Senhora da Glória; e (IV) Unidades de transformação, conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, Instalações Vinculadas e demais Instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. O contrato de concessão da Serra Negra, assegura Receita Anual Permitida - RAP no montante de R\$ 22.000, com reajuste pelo IPCA. A Companhia está desenvolvendo as atividades preliminares para o início da implantação, com prazo contratual com a ANEEL para entrada em operação comercial em dezembro de 2026, mas com previsão de antecipação ao prazo contratual com a

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

Sterlite Power

STERLITE BRAZIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 28.704.797/0001-27

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: • Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido; • Contabilização de contratos de concessão. Na contabilização dos contratos de concessão, as controladas da Companhia efetuam análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. **Momento de reconhecimento do ativo contratual:** A Administração das controladas da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida à receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. **Determinação da taxa de desconto do ativo contratual:** A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre as entidades e seu cliente no início do contrato que foi de 9,44% (exceto à taxa de 10,53% para a controlada Jaçaná). Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que as controladas da Companhia têm direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. **Determinação das receitas de implementação da infraestrutura:** Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permissão (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. **Determinação das receitas de operação e manutenção:** Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos da concessão. **2.5. Procedimentos de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia e suas controladas. As controladas são todas as Companhias nas quais a Sterlite Brazil Participações S.A. detém o controle. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. As controladas são consolidadas integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as participações nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

Participação %

2022 2021

	2022	2021
Controladas diretas		
Marituba Transmissão de Energia S.A. ("Marituba")	100	100
São Francisco Transmissão de Energia S.A. ("São Francisco")	100	100
Jaçaná Transmissão de Energia S.A.	100	-
Serra Negra Transmissão de Energia S.A.	100	-
Tangará Transmissão de Energia S.A.	100	-
GBS Participações S.A.	100	100
Vineyards Participações S.A. (**)	-	100
Controladas indiretas		
Borborema Transmissão de Energia S.A. ("Borborema")	100	100
Goyaz Transmissão de Energia S.A. ("Goyaz")	100	100
Solaris Transmissão de Energia S.A. ("Solaris")	100	100
SE Vineyards Transmissão de Energia S.A. ("Vineyards") (*)	-	100

(*) A Vineyards foi transferida para a Vineyards Participações em maio de 2021;

(**) A Vineyards Participações S.A. deixou de ser controlada pela Companhia em maio de 2022. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as Companhias consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas: (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas; (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e, (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as Companhias consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros: a) Ativos financeiros: Classificação e mensuração: Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia e suas controladas apresentam os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas: **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados a aplicações financeiras. **Custo amortizado:** Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e bancos e concessionárias e permissionárias. i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):** Conforme o CPC 48 o modelo de "perdas esperadas" se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em Instrumentos patrimoniais. ii) **Baixa de ativos financeiros:** A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelas controladas em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do

resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.2. Caixa e equivalente de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.3. Ativo de concessão - contratual:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) **Ativo de concessão - financeiro:** A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) **Ativo de concessão - contratual:** As concessões das controladas da Companhia foram classificadas dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que as controladas da Companhia operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permissão (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto; e (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado à performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.4. Investimentos:** A Companhia bem como suas controladas reconhecem e demonstram os investimentos em controladas por meio do método de equivalência patrimonial. **3.5. Ativo imobilizado:** É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada, representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. **3.6. Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida: (i) ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. (ii) ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **3.7. Arrendamentos:** a) **Controladora como arrendatária:** A Companhia avalia na data de início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **Arrendatário:** A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso é idêntico ao valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos. Contemplam no cálculo custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam a taxa implícita encontrada na taxa de captação da dívida na data de início. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **3.8. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **3.9. Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.11. Dividendos e juros sobre capital próprio:** A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal. A Companhia e suas controladas podem distribuir juros sobre o capital próprio, os quais são dedutíveis para fins fiscais e imputá-los aos dividendos obrigatórios. Quando distribuídos são demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido. **3.12. Segmento de negócio:** Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócios das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão. A Administração da Companhia entende que, embora suas controladas reconheçam receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica. **3.13. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a serem ajustados no valor recuperável. **3.14. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas das controladas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) **Receita de infraestrutura:** Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se às alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) **Remuneração dos ativos de concessão:** Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto, que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) **Receita de operação e manutenção:** Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. d) **Ganho ou perda de eficiência na implementação de infraestrutura:** Refere-se às variações positivas ou negativas alocadas no resultado no momento da entrada em operação de cada projeto de reforço, melhorias e os novos contratos de concessão. **3.15. Despesas operacionais:** As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da Lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.16. Imposto de renda e contribuição social: Correntes:** O imposto de renda é apurado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%; o acréscimo do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, a adição ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusão de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. A Companhia não apresenta saldos de tributos correntes. A Companhia e as controladas GBS, Marituba e São Francisco se encontram em regime de tributação de Lucro real. As controladas Jaçaná, Serra Negra, Tangará, Borborema, Goyaz e Solaris optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido, conforme permitido pela legislação tributária, que consiste em um método para se obter o lucro tributável. No Brasil o lucro tributável por esse método é obtido aplicando o percentual de prorrogação de 8%, para o imposto de renda, e de 12%, para a contribuição social, sobre a receita bruta acrescida de 100% das receitas financeiras. Adicionalmente as controladas optantes por esse regime de tributação não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, exceto nos casos em que já existe plano de mudança do regime de tributação cujos efeitos são mensuráveis, e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). **Diferidos:** Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia e suas controladas pretendem liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **Impostos sobre serviços:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. **3.17. Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa. A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas tributárias, civis e trabalhistas de risco provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. **3.18. Despesas e receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros de aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e debêntures que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia e suas controladas classificam os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento, porque são custos da obtenção de recursos financeiros. **3.19. Normas e interpretações novas e revisadas pelo IASB: 3.19.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** A Companhia e suas controladas adotaram a partir de 1º janeiro de 2022 as normas **continua** →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

Sterlite Power

STERLITE BRAZIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 28.704.797/0001-27

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado) abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras. • Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1), Contrato Oneroso, Ativo Imobilizado (vendas antes do uso pretendido) e Referências à Estrutura Conceitual; • IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Reporting Standards - Subsidiária como adotante pela primeira vez; e • IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de "10 por cento" para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros). **3.19.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas. • IFRS 17 - Contratos de Seguro: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023; • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações serão válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023; e • Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

4. REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA E ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS

4.1. Alienação da Borborema, Goyaz e Solaris em 2022: A Sterlite Brazil Participações S.A., realizou reorganização societária de suas controladas, e como consequência, em 11 de fevereiro de 2022, as Companhias Goyaz Transmissão de Energia S.A., Borborema Transmissão de Energia S.A. e Solaris Transmissão de Energia S.A. passaram a ser controladas pela sua subsidiária integral GBS Participações S.A., por meio da transferência de 100% das ações destas controladas. **4.2. Venda das controladas direta Vineyards Participações e indireta Vineyards Transmissão:** Em 2021, a Administração da Companhia iniciou plano de venda da sua controlada Vineyards Participações S.A., visando estrategicamente a alienação do investimento. Em 1º de abril de 2021, a Sterlite Brazil Participações S.A. (holding da SE Vineyards Transmissão de Energia S.A.), aceitou oferta vinculante de parceria estratégica com o fundo de investimento Vinci Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, em participação em infraestrutura para aquisição de ativos de transmissão de energia elétrica desenvolvidos para a companhia. Assim, no âmbito da parceira estabelecida, sujeito ao cumprimento de determinadas condições, incluindo a obtenção de aprovações regulatórias e de entidades financiadoras, o Fundo formalizou o compromisso para a primeira aquisição de debêntures conversíveis em ações, no montante total de R\$166.935, que foram emitidas pelo veículo ("Vineyards Participações") que era detentor de 100% da SPE Vineyards Transmissão de Energia S.A., concessionária do contrato 31/2017-Aneel. De acordo com as regras estabelecidas nos documentos firmados entre as partes, as debêntures têm como objetivo final a conversão de 81,72% das ações da Vineyards Participações. A conversão ocorreu quando o projeto atingiu determinadas condições precedentes, que se efetivou em maio de 2022, com data-base de 30 de abril de 2022, e neste momento o Fundo passou a ser o acionista controlador do ativo. O contrato prevê ainda que concomitantemente à emissão da primeira opção de aquisição, compra e venda de ações sobre a participação remanescente da Sterlite de 18,28%, em favor do Fundo, que foi exercida em maio de 2022, dentro do prazo previsto em contrato de até 190 dias após a conversão das ações e debêntures descritas acima, no montante total de R\$37.335, desse montante ocorreu o recebimento de R\$32.122 em novembro de 2022, quando foi realizada a transferência do restante das ações. Após essa etapa, o Fundo, por meio da V2I Energia S.A., passou a ser o único acionista do Ativo, detendo a totalidade de suas ações. Dessa operação a Companhia em 31 de dezembro de 2022, tem um saldo a receber no montante de R\$5.213, correspondente ao valor em custódia de parte da transação de transferência de controle acionário referente ao depósito realizado pela V2I compradora da Vineyards Participações e SE Vineyards, que deve ser mantido por 60 meses a partir do mês de novembro de 2022. O valor em custódia servirá como garantia e fonte de pagamento de qualquer indenização devida pela companhia às partes indenizadas pelas compradoras. Os resultados da alienação dos investimentos estão apresentados a seguir. **4.3. Ativos e passivos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas:** A Companhia mantinha como ativos mantidos para venda até 30 de abril de 2022 os saldos informados no quadro abaixo. Em 31 de dezembro de 2022 não há ativos e passivos classificados como mantido para venda na Companhia. Os montantes registrados nas respectivas rubricas estão mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo, líquido das despesas de venda conforme demonstrado abaixo.

	SE Vineyards*	Vineyards Participações*	Consolidado
	2022	2022	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	54.102	69	54.171
Concessionárias e permissionárias	5.179	-	5.179
Ativo de concessão	464.022	-	464.022
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.563	-	24.563
Depósitos judiciais	10	-	10
Prêmios de seguros	550	-	550
Tributos e contribuições a compensar	2.491	18	2.509
Investimentos	-	126.645	-
Dividendos a receber	-	65	65
Adiantamentos a fornecedores e empregados	299	-	299
Ativos	551.216	126.797	551.368
Passivo			
Fornecedores	8.398	81	8.479
Debêntures	316.834	-	316.834
Tributos e contribuições sociais	527	1	528
Salários e encargos sociais	4	-	4
Imposto de renda e contribuição social	13	-	13
Encargos regulatórios	215	-	215
PIS e COFINS diferidos	42.743	-	42.743
Imposto de renda e contribuição social diferidos	55.207	-	55.207
Outros	56	-	56
Passivos	423.997	82	424.079
Dividendos e juros sobre capital próprio	572	-	572
Ativos e passivos líquidos	126.647	126.715	126.717

(* Os valores das controladas Vineyards Participações e SE Vineyards, refere-se à posição até 30 de abril de 2022, período pelo qual a companhia detinha controle acionário. Os ativos e passivos em 31 de dezembro 2021 classificados como mantido para venda estão detalhados abaixo:

	SE Vineyards	Vineyards Participações	Consolidado
	2021	2021	2021
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	60.796	19	60.815
Concessionárias e permissionárias	4.187	-	4.187
Ativo de concessão	454.528	-	454.528
Prêmios de seguros	384	-	384
Tributos e contribuições a compensar	2.092	18	2.110
Outros	10	-	10
Adiantamentos a fornecedores e empregados	373	-	373
Ativos	522.370	37	522.406
Passivo			
Fornecedores	3.857	46	3.902
Debêntures	311.255	160.456	471.711
Tributos e contribuições sociais	477	-	477
Salários e encargos sociais	9	-	9
Imposto de renda e contribuição social	8	-	8
Encargos regulatórios	152	-	152
PIS e COFINS diferidos	41.968	-	41.968
Imposto de renda e contribuição social diferidos	32.535	-	32.535
Outros	8	-	8
Passivos	390.269	160.502	550.771
Dividendos e juros sobre capital próprio	572	(65)	507
Partes relacionadas a pagar	1.106	-	1.106
Ativos e passivos líquidos	130.423	(160.400)	(29.978)

O resultado do exercício das companhias SE Vineyards, Vineyards Participações, são apresentados a seguir:

	Vineyards Participações *	SE Vineyards *	Eliminações	Consolidado
2022				
Receitas	-	22.179	-	22.179
Custos	-	(8.247)	-	(8.247)
Lucro bruto	-	13.932	-	13.932
Despesa	(110)	(706)	-	(816)
Equivalência patrimonial	(3.779)	-	3.779	-
Resultado financeiro	(9.773)	(18.895)	-	(28.668)
Resultado (prejuízo) antes dos tributos provenientes de operações descontinuadas	(13.662)	(5.669)	3.779	(15.552)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	1.890	-	1.890
Resultado após os tributos proveniente de operações descontinuadas	(13.662)	(3.779)	3.779	(13.662)

(* Os valores das controladas Vineyards Participações e SE Vineyards, refere-se ao resultado até 30 de abril de 2022, período pelo qual a companhia detinha controle acionário.

	Dunas	Vineyards Participações (consolidado)	SE Vineyards	Consolidado
2021				
Receitas	1.719	58.441	28.883	89.043
Custos	(384)	(13.433)	(10.255)	(24.072)
Lucro bruto	1.335	45.008	18.628	64.971
Despesa	(661)	(2.779)	(573)	(4.013)
Resultado financeiro	(53)	(48.042)	(18.009)	(66.104)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos provenientes de operações descontinuadas	621	(5.813)	46	(5.146)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(223)	(4.789)	1.633	(3.379)
Lucro (prejuízo) após os tributos proveniente de operações descontinuadas	398	(10.602)	1.679	(8.525)

Os fluxos de caixa líquidos gerados (consumido) pelas Companhias, cuja operação foi classificada como descontinuada é como segue:

	Vineyards Participações* (consolidado)	
	2022	2021
Atividades operacionais	(19.290)	-
Atividades de investimentos	-	-
Atividades de financiamentos	12.646	-
Caixa líquido gerado	(6.644)	(6.644)

(* Os valores da controlada refere-se ao resultado até 30 de abril de 2022, período pelo qual a companhia detinha controle acionário.

	Dunas	Vineyards Participações (consolidado)	SE Vineyards	Consolidado
2021	(994)	(11.075)	(719)	(12.788)
Atividades operacionais	-	-	-	-
Atividades de investimentos	-	-	-	-
Atividades de financiamentos	1.003	(7.398)	-	(6.395)
Caixa líquido gerado	9	(18.473)	(719)	(19.183)

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e depósitos bancários	1.024	4.208	78.044	42.841
Aplicações financeiras	254.493	2.538	448.150	95.066
	255.517	6.746	526.194	137.907

As aplicações financeiras, classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, são do tipo CDB, remuneradas a taxas que variam de 75% a 98% do CDI. Em 2022 a rentabilidade das aplicações financeiras da Companhia foi de R\$1.681 (R\$ 1.270 em 2021). No consolidado, a rentabilidade totalizou R\$10.152 em 2022 (R\$1.266 em 2021).

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Consolidado	
	2022	2021
Concessionárias e permissionárias	7.189	7.189

O saldo é mantido pelas controladas indiretas (Borborema, Goyaz e Solaris). As controladas iniciaram os faturamentos da RAP a partir de: **Solaris:** A Companhia, em julho de 2022, entrou parcialmente em operação comercial equivalente a 29,22% da parcela RAP original e em setembro de 2022, as demais instalações foram entregues à operação. Ressalta-se que o setor de 138 kV da SE Jaiba esta pendente de energização em função das instalações pertencentes à CEMIG-D. **Goyaz:** A Companhia em junho de 2022, entrou em operação comercial parcial. A linha de transmissão Edéia - Cachoeira Dourada foi entregue à operação, com parcela de RAP equivalente a 36,6% da RAP original. **Borborema:** A Companhia entrou em operação comercial parcial em junho de 2022, com parcela de RAP de 89,57% e em novembro de 2022, as demais instalações foram entregues à operação completando a parcela de RAP original de 100%.

7. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Tributos retidos sobre faturamento	5	-	7	-
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	601	-	905	-
PIS e COFINS a recuperar	135	10	1.147	988
IR e CSLL retido na fonte	8.302	11.490	9.132	11.497
Outros	3	5	12	7
	9.046	11.505	11.203	12.492
	9.046	11.505	10.652	11.970
	-	-	551	522

Circulante

Não circulante

8. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES E FUNCIONÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Adiantamento a funcionários	45	49	72	56
Adiantamento a fornecedores (i)	2.152	18	125.511	51.579
	2.197	67	125.583	51.635
	2.197	67	3.206	74
	-	-	122.377	51.561

Circulante

Não circulante

(i) No saldo da controladora refere-se basicamente a adiantamentos com despesas administrativas e financeiras. O saldo do consolidado refere-se substancialmente aos recursos liberados aos fornecedores e subcontratadas relacionados à obra, de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços da construção da linha de transmissão. No momento das entregas das mercadorias e serviços os valores serão incorporados ao ativo contratual. Esses adiantamentos são assegurados pelas garantias recebidas pelos respectivos fornecedores.

9. VALORES A RECEBER E RESULTADO NA ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS

a) Valores a receber pela alienação de investimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Valor a receber pela alienação de investimento	7.984	36.708	7.984	36.708
	7.984	36.708	7.984	36.708
	2.771	36.708	2.771	36.708
	5.213	-	5.213	-

O montante de R\$7.984 em 31 de dezembro de 2022, correspondente ao valor em custódia de parte da transação de transferência de controle acionário e servirá como garantia e fonte de pagamento de qualquer indenização devida pela companhia às partes indenizadas pelas compradoras, sendo R\$2.771 referente ao depósito realizado pela V2I compradora da Arcoverde, que deve ser mantido por 42 meses a partir do mês de março de 2020 e R\$5.213 referente ao depósito realizado pela V2I compradora da Vineyards Participações e SE Vineyards, que deve ser mantido por 60 meses a partir do mês de novembro de 2022.

b) Resultado na alienação de investimentos:

	Controladora/Consolidado	
	2022	2021
Receita de venda de participação de controladas (i)	204.270	9.971
Ajuste de preço de ativos vendidos (ii)	-	(2.710)
Baixa de ativos mantido para venda (i)	(126.717)	(10.401)
Ganho (perda) na venda de participação de controladas	77.553	(3.140)
Despesas com assessoria na venda de ativos (iii)	-	(5.021)
Perda na alienação da Escrow da venda de Novo Estado	(4.123)	-
Resultado na venda de participação de controladas	73.430	(8.161)

(i) Valores de receita e ativo mantido para venda referente a companhia Dunas transmissão de Energia, Companhia vendida em maio de 2021 para companhia Cymí Construções e Participações S.A.; (ii) Liberação do escrow para ajuste de preço de venda da Arcoverde, Companhia vendida em março de 2022 para Companhia V2I Energia S.A.; (iii) As taxas de sucesso para venda de Consultores incluíram o pagamento ao BTG/ABC e ao Santander bank pela coordenação do acordo de venda do projeto Dunas. A Companhia entende que devido a representatividade destas controladas, a venda destes ativos satisfaz os critérios de operação descontinuada, portanto, os resultados provenientes destas controladas estão apresentados em linha separada na demonstração do resultado bem como no fluxo de caixa.

10. PARTES RELACIONADAS

a) Ativo - contas a receber

(i) Reembolso de despesas

	Controladora		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
SE Vineyards	-	-	-	1.106
Borborema	-	-	-	788
São Francisco	1.876	-	-	1.550
Goyaz	-	-	-	699
Marituba	-	-	-	1.133
Solaris	-	-	-	860
Jaçanã	326	-	-	-
Total	2.202	-	-	6.136

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia manteve com partes relacionadas saldos a receber relativos a compartilhamento de despesas com folha de pagamento. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo era composto basicamente de reembolso de despesas judiciais em processo movido e reembolso de despesas de comissão garantia com empresa relacionada.

b) Passivo - contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Credor				
GBS Participações (parte relacionada)	50.470	49.791	-	-
Sterlite Power Transmission Limited (*)	-	-	3.838	-
Total	54.308	49.791	3.838	-

(*) Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia tem o saldo a pagar de R\$3.838 para a Sterlite Power Transmission Limited, relacionado ao reembolso de comissão garantia.

	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2021	Encargos	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2022
Credor				
GBS Participações (parte relacionada)	49.791	679	-	50.470
Sterlite				

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

Sterlite Power

STERLITE BRAZIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 28.704.797/0001-27

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11. ATIVO DE CONCESSÃO

Ativo de concessão	Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial	933.727	513.747
Transferido para ativo mantido para venda	-	(393.824)
Receita de implementação da infraestrutura	1.491.700	621.847
Margem de implementação da infraestrutura	346.464	159.171
Remuneração do ativo de concessão	154.138	32.786
Receita de operação e manutenção	6.583	-
(-) Faturamento	(33.254)	-
Saldo final	2.899.359	933.727
Circulante	206.942	62.409
Não circulante	2.692.417	871.318

A Companhia não considerou perdas por parcelas variáveis em seu fluxo contratual, pois está dentro do cronograma de construção e não tem ocorrências de séries históricas de perdas por parcelas variáveis.

12. INVESTIMENTOS

a) Saldos de balançotes das Companhias investidas pela Companhia:

Investidas	Data-base	Qtde. de ações ordinárias possuídas	Participação no capital integralizado (%)	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro líquido/prejuízo
Marituba	2022	293.143.400	100	1.134.952	785.372	349.580	104.007
São Francisco	2022	292.182.516	100	219.010	124.169	94.841	(2.443)
GBS Participações S.A.	2022	474.186.000	100	1.267.811	601.348	666.463	195.543
Jaçana	2022	100	100	2.453	353	2.100	(51)
Serra Negra	2022	400	100	131	-	131	(9)
Tangará	2022	400	100	602	-	602	(38)
Borborema	2022	164.458.647	100	590.074	278.249	311.825	76.502
Goyaz	2022	348.870.449	100	463.114	55.983	407.131	40.702
Solaris	2022	186.491.109	100	815.828	407.888	407.940	159.339
Marituba	2021	61.452.528	100	114.634	16.799	97.835	5.484
São Francisco	2021	292.182.516	100	44.016	8.659	35.357	1.158
GBS Participações S.A.	2021	100	100	49.890	56.861	(6.971)	(7.071)
Borborema	2021	139.019.259	100	378.409	203.814	174.595	51.304
Goyaz	2021	77.089.450	100	205.248	107.930	97.318	16.653
Solaris	2021	20.732.000	100	378.328	216.986	161.342	62.327

b) Movimentação dos investimentos:

Investidas	Data-base	Valor do investimento em 2021	Transferência - controlada indireta	Aporte de capital	Constituição de dividendos	Equivalência patrimonial	Valor do investimento em 2022
Marituba		97.836	-	148.725	(988)	104.007	349.580
São Francisco		35.358	-	61.924	-	(2.442)	94.841
Jaçana		-	-	2.151	-	(51)	2.100
Serra Negra		-	-	140	-	(9)	131
Tangará		-	-	640	-	(38)	602
GBS Participações		(6.971)	446.915	32.804	(1.828)	195.543	666.463
Borborema*		174.595	(179.185)	-	-	4.590	-
Goyaz*		97.317	(99.294)	-	-	1.977	-
Solaris*		161.342	(168.436)	-	-	7.094	-
Total controladas		559.477	-	246.384	(2.816)	310.671	1.113.716

(*) As investidas passaram a ser controladas pela GBS Participações a partir de 11 de fevereiro de 2022, desta forma a equivalência patrimonial considera o resultado acumulado das investidas do período compreendido entre 01 de janeiro de 2022 a 11 de fevereiro de 2022.

Investidas	Data-base	Valor do investimento em 2020	Aporte de capital	Constituição de dividendos	Equivalência patrimonial/ operação descontinuada	Transferência para mantido para venda	Valor do investimento em 2021
Marituba		28.516	63.885	(52)	5.486	-	97.835
São Francisco		24.878	9.332	(11)	1.158	-	35.357
SE Vineyards		123.633	-	-	-	(123.633)	-
GBS Participações		-	100	-	(7.071)	-	(6.971)
Borborema		22.316	101.462	(487)	51.304	-	174.595
Goyaz		19.167	61.657	(158)	16.652	-	97.318
Solaris		22.622	76.986	(592)	62.327	-	161.343
Vineyards Participações		-	31	-	-	(31)	-
Dunas		-	1.003	-	-	(1.003)	-
Total		241.132	314.456	(1.300)	129.856	(124.667)	559.477

c) Movimentação do investimento das operações descontinuadas:

Investidas	Data-base	Valor do investimento em 2021	Aporte de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Operações descontinuadas	Baixa de investimento mantido para venda até abril de 2022	Valor do investimento em 2022
Vineyards Participações		(29.978)	166.935	3.422	(13.662)	(126.717)	-
Total		(29.978)	166.935	3.422	(13.662)	(126.717)	-

13. FORNECEDORES

Fornecedores de materiais e serviços (i)	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Relacionados a implementação da infraestrutura	5.706	1.459	6.181	38.992
Retenções contratuais	-	-	138.359	-
Materiais e serviços não faturados (ii)	2.948	2.380	39.258	60.106
	8.654	3.839	194.244	108.412

(i) Na controladora, referem-se a valores a pagar para a Modal Assessoria Financeira. (ii) Na controladora o saldo refere-se a basicamente a provisões de serviços de auditoria e comissão garantia. No saldo consolidado são provisões conforme boletim de medição de serviços realizados para mobilização de canteiro, fundações e administração EPC realizados em dezembro de 2022 a ser faturado no decorrer de 2023. Refere-se principalmente aos recursos liberados aos fornecedores relacionados à obra e subcontratados, de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços da construção da linha de transmissão. No momento das entregas das mercadorias e serviços os valores serão incorporados ao ativo contratual.

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

a) Os empréstimos e debêntures são compostos da seguinte forma:

Instituições financeiras	Companhia	Encargos	Data final	Controladora		Consolidado	
				2022	2021	2022	2021
Banco Alfa - CCB	Sterlite	CDI + 3,809%	24/04/2023	36.022	-	36.022	-
Banco Alfa - CCB	Marituba	IPCA + 3,73%	15/06/2044	-	-	395.678	-
Total Banco Banco Alfa				36.022	-	431.700	-
Banco Banco do Brasil	Borborema	IPCA + 2,1512%	01/09/2041	-	-	9.379	-
Banco Banco do Brasil	Borborema	IPCA + 3,1635%	01/09/2041	-	-	26.885	-
Total Banco Banco do Brasil				-	-	36.264	-
Banco Modal - CCB (Ponte)	Sterlite	CDI + 4,5%	18/03/2025	2.272	-	2.272	-
Banco Modal - CCB (Ponte)	São Francisco	CDI + 4,00%	14/09/2023	-	-	84.025	-
Banco Modal - CCB (Ponte)	Goyaz	CDI + 4,50%	31/03/2022	-	-	-	66.377
Banco Modal - CCB (Ponte)	GBS	CDI + 4,50%	31/03/2022	-	-	-	56.595
Total Banco Modal				2.272	-	86.297	122.972
BNB - Banco do Nordeste prioritário	Solaris	IPCA + 1,7577%	15/02/2045	-	-	74.134	-
BNB - Banco do Nordeste prioritário	Solaris	IPCA + 2,1482%	15/02/2045	-	-	54.064	-
BNB - Banco do Nordeste prioritário	Borborema	IPCA + 1,4541%	15/12/2040	-	-	102.677	84.382
BNB - Banco do Nordeste não prioritário	Borborema	IPCA + 1,7772%	15/12/2040	-	-	15.836	13.012
Total BNB				-	-	246.711	97.394
Banco Santander - CCB	Sterlite	CDI + 4,97%	01/12/2023	49.741	-	49.741	-
Total Outros bancos				49.741	-	49.741	-
Debêntures	Sterlite	CDI + 4,0%	22/12/2027	395.765	-	395.765	-
Debêntures	GBS	IPCA + 7,2731%	31/03/2024	-	-	598.964	-
Debêntures	Borborema	IPCA + 6,10%	16/01/2045	-	-	55.268	49.552
Debêntures	Marituba	IPCA + 7,24%	15/06/2044	-	-	154.302	-
Debêntures	Solaris	IPCA + 6,40%	15/01/2045	-	-	169.942	150.961
Total debêntures				395.765	-	1.374.241	200.513
Total				483.800	-	2.224.954	420.879
Circulante				90.071	-	182.105	123.018
Não circulante				393.729	-	2.042.849	297.861

b) Movimentação dos empréstimos e debêntures:

Instituições financeiras	Empresa	Saldo em 31/12/2021	Captações e adições	Juros	Pagamento de juros	Custos de captação	Amortização do principal	Saldo em 31/12/2022
Debêntures	Sterlite	-	400.000	265	-	(4.500)	-	395.765
Banco Alfa - CCB	Sterlite	-	25.000	2.943	(2.289)	-	(25.654)	-
Banco Alfa - CCB	Sterlite	-	35.000	1.965	(943)	-	-	36.022
Banco Santander - CCB	Sterlite	-	49.000	741	-	-	-	49.741
Banco Modal - CCB	Sterlite	-	28.000	3.912	(3.904)	-	(25.736)	2.272
Banco Modal - CCB	Sterlite	-	150.000	19.970	(19.970)	-	(150.000)	-
Total		-	687.000	29.796	(27.106)	(4.500)	(201.390)	483.800

Consolidado

Instituições financeiras	Empresa	Saldo em 31/12/2021	Captações e adições	Juros	Atualização monetária	Pagamento de juros	Custos de captação	Amortização do principal	Saldo em 31/12/2022
Debêntures	Sterlite	-	400.000	265	-	-	(4.500)	-	395.765
Banco Alfa - CCB	Sterlite	-	25.000	2.943	-	(2.289)	-	(25.654)	-
Banco Alfa - CCB	Sterlite	-	35.000	1.965	-	(943)	-	-	36.022
Banco									
Santander - CCB	Sterlite	-	49.000	741	-	-	-	-	49.741
Banco Modal - CCB	Sterlite	-	28.000	3.912	-	(3.904)	-	(25.736)	2.272
Banco Modal - CCB	Sterlite	-	150.000	19.970	-	(19.970)	-	(150.000)	-
BNB - Banco do Nordeste, prioritário	Borborema	84.382	18.035	7.154	-	(6.894)	-	-	102.677
BNB - Banco do Nordeste, não prioritário	Borborema	13.012	2.781	1.149	-	(1.106)	-	-	15.836
Banco do Brasil - FDNE I	Borborema	-	9.379	-	-	-	-	-	9.379
Banco do Brasil - FDNE II	Borborema	-	26.885	-	-	-	-	-	26.885
Debêntures	Borborema	49.552	-	3.290	2.925	-	(499)	-	55.268
Debêntures	Solaris	150.961	-	10.704	8.277	-	-	-	169.942
BNB - Banco do Nordeste Prioritário	Solaris	-	73.852	1.201	-	(919)	-	-	74.134
BNB - Banco do Nordeste Não Prioritário	Solaris	-	53.804	951	-	(691)	-	-	54.064
CCB Banco Modal, (Ponte)	Goyaz	66.377	-	2.224	-	(2.224)	-	-	(66.377)
CCB Banco Modal, (Ponte)	Goyaz	-	44.000	882	-	(882)	-	-	(44.000)
CCB Banco Modal, (Ponte)	GBS	56.595	-	1.840	-	(1.840)	(4.000)	-	(52.595)
Debêntures	GBS	-	600.000	33.570	19.002	(20.851)	-	(32.757)	598.964
Nota promissória (Modal)	São Francisco	-	86.000	4.246	-	(6.221)	-	-	84.025
BASA - Banco da Amazônia, prioritário	Marituba	-	394.242	3.768	-	(2.332)	-	-	395.678
Debêntures	Marituba	-	150.017	3.843	942	-	(500)	-	154.302
CCB (Ponte)	Marituba	-	80.000	1.051	-	(1.051)	-	-	(80.000)
Total		42							

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

Sterlite Power

STERLITE BRAZIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 28.704.797/0001-27

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Constitucionais. Durante o período de carência, os encargos financeiros serão exigíveis mensalmente, todo dia 15 de cada mês. A partir de 15 de agosto de 2023, os encargos financeiros serão exigíveis integralmente juntamente com as parcelas de principal, mensalmente, até o vencimento da dívida em novembro de 2045. Em agosto de 2022 a Companhia firmou o Contrato de Prestação de Garantias ("CPG"), tendo como fiadores os bancos Itaú Unibanco e Santander. Foram emitidas, em nome de Marituba, fianças bancárias no valor de R\$150 milhões, referente à 1ª Emissão de Debêntures e ainda R\$535 milhões, referente ao financiamento do projeto junto ao BASA. De acordo com o CPG, os pagamentos de comissão de fianças serão realizados ao fim de cada período trimestral, com base nos saldos atualizados da 1ª Emissão de Debêntures e do financiamento junto ao BASA. A comissão de fiança será de 1,95% ao ano (base 360 dias), calculada de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão do projeto, e de 1,35%, calculada da mesma maneira, após a finalização das obras do projeto. São Francisco: A São Francisco realizou em setembro de 2022 a emissão de notas promissórias comerciais, em série única. ("NPs"). As NPs são compostas de principal e juros, e contam com garantia real e garantia fidejussória, na forma de Aval. Sobre o valor nominal unitário das NPs incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias DI over, acrescida de 4% ao ano, base 252 dias úteis. A data de pagamento da parcela integral do valor nominal unitário e dos juros remuneratórios das NPs é igual à data de vencimento das NPs, ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo, Resgate Antecipado Obrigatório, Oferta de Resgate Antecipado. A Companhia pretende pagar antecipadamente as NPs até o 2º trimestre de 2023 com aportes de capital a serem recebidos de sua controladora Sterlite Brazil Participações S.A.. Condições restritivas: Os empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos pela Companhia e suas controladas exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas. A Administração da Companhia e suas controladas monitoram essas cláusulas de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia e suas controladas, todas as condições restritivas estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2022. Os vencimentos das parcelas estão distribuídos a seguir:

	Controladora	Consolidado
		31/12/2022
2023	90.071	182.105
2024	-	29.040
2025	-	29.674
2026	-	32.465
2027	393.729	432.997
2028	-	42.409
2029	-	47.640
2030	-	51.518
2031	-	53.129
Após 2032	-	1.323.977
Total das obrigações	483.800	2.224.954

15. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
PIS e COFINS	41	13
IRPJ	6.360	-
CSLL	2.768	96
ISS	-	10
INSS terceiros	5	19
ICMS	-	-
Contribuição social retida na fonte	277	3.546
Imposto de renda retido na fonte	2	9.863
Outros impostos e contribuições retidos na fonte	-	45
Total	9.453	13.592

16. TRIBUTOS DIFERIDOS E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES

Imposto de renda, contribuição social e PIS e COFINS diferido

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Imposto de renda diferido	13.101	16.404
Contribuição social diferida	4.717	5.906
IR/CS diferidos ativos	17.818	22.310
Imposto de renda diferido	-	-
Contribuição social diferida	-	-
IR/CS diferidos passivos (*)	-	(114.086)
PIS diferido	-	-
PIS diferido (presumido)	-	-
COFINS diferida	-	-
COFINS diferida (presumido)	-	-
PIS e COFINS diferidos	-	(169.758)
Tributos passivos	-	(283.844)
Circulante	-	-
Não circulante	-	-
O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados nas controladas, Jaçaná, Serra Negra, Tangará, Borborema, Goyaz e Solaris, em Lucro presumido são reconhecidos sobre a receita de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de contratual apurada sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 3,65%, o recolhimento ocorrerá à medida que a controlada receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17. As controladas São Francisco e Marituba são do regime do lucro real. O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados no regime do Lucro Real são reconhecidos sobre a receita de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de contratual apurada sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 9,25%, o recolhimento ocorrerá à medida que a controlada receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17. (*) Os saldos de imposto de renda e contribuição social apresentados no passivo sobre receita de contrato com clientes - CPC 47, são reconhecidos sobre a margem de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo contratual, e será realizado na proporção das operações, considerando a receita e custos de operação bem como depreciação do ativo imobilizado da concessão deduzidos de imposto de renda e contribuição social.		

Conciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Lucro antes do IR e CS	326.183	84.537
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social esperada	(110.902)	(28.743)
Adições permanentes	-	-
- Perda na venda de ativos	-	7.685
- Resultado de operações descontinuadas	4.645	-
- Despesas ineditáveis	-	(785)
- Resultado de equivalência	100.983	44.153
Outros	27	-
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(5.247)	22.310
Corrente	(3.382)	-
Diferido	(1.865)	22.310
Alíquota efetiva	-1,7%	25,2%

Conciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Resultado antes do IR e CS (i)	169.388	(42.195)
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social esperada	(57.592)	(14.346)
Adições permanentes	-	-
- Perda na venda de ativos	-	7.685
- Despesas ineditáveis para GBS	-	(2.404)
Outros	32	(871)
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(57.560)	(9.936)
Corrente	(3.382)	-
Diferido	(54.178)	18.756
Alíquota efetiva	34%	44%

(i) Resultado das Companhias Sterlite Brazil, GBS Participações, Marituba e São Francisco que se encontram em regime de tributação lucro real; Conciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social 2022 para projetos em lucro presumido:

	IRPJ	CSLL
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo presumida	73.864	110.797
Alíquotas nominais vigentes	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(18.466)	(9.972)
Outros	(1.835)	(991)
Impostos de renda e contribuição social corrente	(1.573)	(850)
Impostos de renda e contribuição social diferido	(18.728)	(10.113)

(i) Receita da Borborema, Solaris e Goyaz - controladas diretas da GBS participações e Tangará e Serra Negra que se encontram em regime de tributação lucro presumido. Conciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social diferidos 2021 para projetos em lucro presumido.

	IRPJ	CSLL
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo presumida	(58.974)	(88.461)
Alíquotas nominais vigentes	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(14.744)	(7.962)
Outros	(2.079)	(744)
Impostos de renda e contribuição social diferido	(16.823)	(8.706)

(i) Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferido passivo sobre receita de contrato com clientes - CPC 47, são reconhecidos sobre a margem de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo contratual, e será tributado na proporção das operações, considerando as disposições da Lei 12.973 e Instrução Normativa 1.700. (ii) Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos apresentados no consolidado são decorrentes das diferenças temporárias sobre as despesas pré-operacionais e poderão ser excluídas em quotas fixas mensais e no prazo de 5 (cinco) anos, a partir do início das operações. (iii) Receita da Borborema, Solaris e Goyaz - controladas diretas da GBS Participações que se encontram em regime de tributação lucro presumido;

17. CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e previdenciário, cível e ambiental. A administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas diretas e indiretas possuem os seguintes processos: a) Contingências passivas - risco de perda provável: A administração da Companhia com base em opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise dos processos judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os processos em curso, como segue:

	31/12/2022	Quantidade	Valor
Processos judiciais			
Borborema	Cíveis	65	5.189
Goyaz	Cíveis	36	7.114
Solaris	Cíveis	43	910
		144	13.213

Em 31 de dezembro de 2022, todos os processos relacionados a perdas prováveis da Companhia referiam-se ao seguinte assunto: Ação de Constituição de Servidão, Fundiário.

b) Movimentação das provisões para contingências:

	31/12/2021	Adições	31/12/2022
Processos judiciais			
Cíveis	-	13.213	13.213
	-	13.213	13.213

c) Contingências passivas - risco de perda possível:

	31/12/2022	Quantidade	valor
Controladas diretas			
São Francisco	Cíveis	1	1.141
Borborema	Cíveis	1	46
		2	1.187

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$370.913 dividido em 370.913.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas. A composição do capital social subscrito da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como se segue:

	2022	2021
Sterlite Power Transmission Ltd	74,92%	74,92%
Sterlite Grid 5 Ltd	25,08%	25,08%
	100%	100%

b) Dividendos mínimos obrigatórios: A destinação do lucro líquido do exercício está prevista no artigo 34 do Estatuto Social da Companhia. Os dividendos obrigatórios equivalem a 1% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Para o exercício de 2022 foi constituído R\$2.919 (R\$983 em 2021).

c) Destinação dos lucros: Dessa forma, a Administração propõe a seguinte destinação:

	2022	2021
Destinação dos lucros		
Lucro líquido do exercício	307.274	98.322
Constituição da reserva legal	(15.364)	(4.916)
Dividendos mínimos obrigatórios	(2.919)	(983)
Constituição de reservas de retenção de lucros e reserva de lucros a realizar	288.991	92.423
d) <u>Reservas de lucro</u> :		
Reserva legal (i)	33.381	18.017
Reserva de retenção de lucro (ii)	155.283	155.283
Reserva de lucros a realizar (iii)	288.991	-
	477.655	173.300

(i) Reserva legal limitada em 5% do lucro líquido do ano, limitada a 20% do capital social antes da destinação. (ii) Reserva de retenção de lucros corresponde à parcela de lucro líquido do exercício excedente à reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório. A Administração propõe a constituição de reserva de retenção de lucros nos termos do art. 196 da Lei 6.404/76. A Assembleia Geral dos acionistas deverá aprovar ou não a manutenção dessa reserva. (iii) Essa parcela advém substancialmente da contabilização de ativos e passivos, cujos prazos de realização financeira ocorrerão em exercícios futuros. Dessa forma, os valores mantidos nessa rubrica serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e realização financeira do saldo de ativo contratual e, conseqüente geração de caixa pela Companhia.

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2022	2021
Receita operacional bruta		
Receita de implementação da infraestrutura	1.491.700	621.847
Margem de implementação da infraestrutura	346.464	159.171
Remuneração do ativo de concessão	154.138	32.786
Receita de operação e manutenção	6.583	-
Total da receita bruta	1.998.885	813.804
Tributos sobre a receita		
PIS diferido sobre a implementação da infraestrutura	(17.226)	(3.923)
PIS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(2.584)	(377)
(-) PIS sobre o faturamento	88	377
PIS diferido sobre a margem de implementação da infraestrutura	(3.522)	(893)
PIS diferido sobre operação e manutenção	-	-
COFINS diferido sobre a receita de implementação da infraestrutura	(79.375)	(18.107)
COFINS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(11.927)	(1.743)
(-) COFINS sobre o faturamento	407	(377)
COFINS diferido sobre a margem de implementação da infraestrutura	(16.235)	(4.130)
	(130.374)	(29.173)
Encargos setoriais	(329)	-
Receita operacional líquida	1.868.182	784.631
Custo de implementação de infraestrutura (Nota 20)	1.388.707	599.812
Margem de implementação da infraestrutura (Em milhares de reais)	326.707	154.148
Margem de implementação de infraestrutura-(Em %)	23,53%	25,70%

	2022	2021
20. CUSTO DE IMPLEMENTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO		
Consolidado		
Pessoal	(34.868)	(5.994)
Máquinas e equipamentos	(688.338)	(336.028)
Serviços de terceiros	(267.828)	(159.747)
Terrenos	(3.493)	-
Gastos ambientais	(14.230)	(3.682)
Edificações	(255.834)	(70.270)
Servidão	(23.556)	(23.739)
Capitalização de juros	(52.606)	-
Outros	(52.706)	(352)
	(1.393.459)	(599.812)

Custos referentes à construção do projeto, cujas atividades se intensificaram durante o ano de 2022, principalmente com aquisição de máquinas e equipamentos, bem como, contratação de serviços, constituição de faixa de servidão para passagem da linha de transmissão e construção de Subestação.

21. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Pessoal e encargos	(3.564)	(29.799)
Serviços de terceiros	(10.304)	(3.895)
Material	(402)	(428)
Aluguéis	(543)	-
Tributos	(172)	-
Seguros	(336)	-
Outros	(910)	(1.925)
	(16.231)	(36.047)

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

continua →

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

Sterlite Power

STERLITE BRAZIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 28.704.797/0001-27

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

22. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	1.681	826	10.655	1.266
Outras receitas financeiras	480	444	480	443
	2.161	1.270	11.135	1.709
Despesas financeiras				
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e debêntures	(30.254)	–	(84.692)	(4.367)
Despesas bancárias	(23)	–	(368)	–
PIS/COFINS sobre rendimentos financeiros	(100)	–	(145)	–
Custo de emissão de debêntures	–	–	–	(4.000)
Comissões, taxas e fianças	(9.828)	–	(22.813)	(12.564)
Multas e juros sobre atraso	301	–	137	(128)
IOF	(3.157)	(446)	(4.240)	(1.703)
Outros	(17)	(451)	(2.983)	3.413
	(43.078)	(897)	(115.104)	(19.349)
	(40.917)	373	(103.969)	(17.640)

Resultado financeiro líquido

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia e suas controladas é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentam quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. **23.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:**

Ativos mensurados pelo custo amortizado

	Nível	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Caixa e depósitos bancários	2	1.024	4.208	78.044	42.841
Valor a receber da alienação de investimento	2	7.984	36.708	7.984	36.708
Dividendos a receber	2	2.901	1.874	–	–
Concessionárias e permissionárias	2	–	–	7.189	–

Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado

	Nível	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Aplicações financeiras	2	254.493	2.538	448.150	95.066

Passivos mensurados pelo custo amortizado

	Nível	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fornecedores	2	8.654	3.839	194.244	108.412
Partes relacionadas	2	54.308	49.791	3.838	–
Empréstimos e debêntures	2	483.800	–	2.224.954	420.879
Arrendamentos	2	951	1.782	951	1.782

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia e suas controladas classificam os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; • Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e • Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva ao valor de mercado. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentam quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado.

24. GESTÃO DE RISCO

As operações financeiras da Companhia e suas controladas são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) **Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia e suas controladas efetuarem o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. b) **Riscos de preço:** As receitas da Companhia e de suas controladas são nos termos do contrato de concessão a RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL. c) **Riscos cambiais:** A Companhia e suas controladas fazem acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) **Risco de liquidez:** A Companhia e suas controladas acompanham o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia e suas controladas é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia e de suas controladas por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma

DIRETORIA

Amitabh Prasad
Diretor Presidente

Luciana Borges Araujo Amaral
Diretora Financeira

Ítalo Augusto Vasconcelos David
Diretor

Jell Lima de Andrade
Diretor de Projetos

Cinthia Neri
CRC - 1SP270076/O-1

CONTADORA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **Sterlite Brazil Participações S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sterlite Brazil Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Mensuração do ativo contratual:** Conforme divulgado na nota explicativa 3.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as controladas da Companhia avaliam que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de infraestrutura, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que as controladas da Companhia passem a ter um direito incondicional de receber caixa. Conforme divulgado na nota explicativa 11, em 31 de dezembro de 2022, o saldo do ativo contratual consolidado da Companhia era de R\$ 2.899.359 mil. O ativo contratual refere-se ao direito das controladas da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão de suas controladas, incluindo margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita de remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo contratual e da receita das controladas da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle sobre o direito de uso dos ativos. Adicionalmente, a mensuração do progresso das controladas da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfatória ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação dos procedimentos relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pelas controladas da Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; vi) análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes nos contratos de concessão; vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar

geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia e das suas controladas. A Administração da Companhia e suas controladas não considera relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequadas para a continuação do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas juros dos financiamentos da Companhia e das suas controladas são amenizadas pelo fato do contrato de concessão assegurar que a Receita Anual Permitida - RAP também está atrelada à índices inflacionários e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

25. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia e suas controladas utilizam capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas monitoram sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

26. SEGUROS

A controladora possui seguro contratado contra riscos de incêndios do prédio comercial locado para suas atividades, de acordo com cláusula contratual de arrendamento.

As controladas possuem contratos de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 005/2016, 002/2017, 002/2018 e 004/2018-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à Administração Pública. As garantias de indenização, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços, são apresentadas a seguir:

Companhia	Fase	Garantias	Seguradora	Emissão	Vigência	Valor Segurado
Borborema	Performance Bond	Performance Bond	Swiss RE Corporate	13/set/18	16/dez/23	R\$18.342,35
Borborema	Construção	Risco Civil	AXA Seguros	24/jun/21	19/dez/23	R\$283.282,35
Borborema	Operacional	Risco Civil	Swiss RE Corporate	12/jun/22	12/jun/23	R\$30.000,00
Borborema	Construção	Risco de Engenharia	AXA Seguros	21/jun/21	30/set/24	R\$283.282,35
Borborema	Operacional	Riscos Operacionais	Tokio Marine	18/jun/22	18/jun/23	R\$336.781,76
Goyaz	Performance Bond	Performance Bond	Swiss RE Corporate	13/set/18	18/jun/23	R\$16.079,50
Goyaz	Operacional	Risco Civil	Chubb Seguradora	30/jun/22	30/jun/23	R\$40.000,00
Goyaz	Construção	Risco Civil	Fairfax Brasil Seguros	20/ago/21	20/jun/23	R\$263.213,38
Goyaz	Construção	Risco de Engenharia	Fairfax Brasil Seguros	20/ago/21	30/jul/24	R\$263.213,38
Goyaz	Operacional	Riscos Operacionais	Tokio Marine	30/jun/22	30/jun/23	R\$121.866,66
Jaçana	Performance Bond	Performance Bond	Austral	10/mar/22	29/jun/25	R\$15.213,06
Marituba	Performance Bond	Performance Bond	Swiss RE Corporate	13/set/18	16/dez/23	R\$28.024,85
Marituba	Construção	Risco Civil	Chubb Seguradora	23/mar/22	21/mar/23	R\$40.000,00
Marituba	Construção	Risco de Engenharia	Fator Seguradora	23/mar/22	21/mar/23	R\$736.794,07
São Francisco	Performance Bond	Performance Bond	Swiss RE Corporate	13/set/18	17/jun/24	R\$38.631,70
São Francisco	Construção	Risco Civil	Fairfax Brasil Seguros	20/set/22	01/out/23	R\$30.000,00
São Francisco	Construção	Risco de Engenharia	Swiss RE Corporate	20/set/22	01/out/25	R\$832.420,77
Serra Negra	Performance Bond	Performance Bond	Austral	05/set/22	31/mar/27	R\$10.512,50
Solaris	Performance Bond	Performance Bond	Swiss RE Corporate	13/set/18	27/set/24	R\$20.156,05
Solaris	Construção	Risco Civil	AXA Seguros	12/jul/21	21/set/23	R\$345.090,69
Solaris	Operacional	Risco Civil	Swiss RE Corporate	05/jul/22	05/jul/23	R\$30.000,00
Solaris	Construção	Risco de Engenharia	AXA Seguros	25/jun/21	15/abr/24	R\$345.090,69
Solaris	Operacional	Riscos Operacionais	Tokio Marine	28/jun/22	28/jun/23	R\$362.191,52
Solaris II	Construção	Risco Civil	AXA Seguros	06/dez/21	28/fev/23	R\$83.077,78
Solaris II	Construção	Risco de Engenharia	AXA Seguros	06/dez/21	28/fev/25	R\$83.077,78
Sterlite Brazil	Corporate	D&O	AIG Seguros	21/set/22	21/set/23	R\$50.000,00
Sterlite Brazil	Corporate	Locação	Fairfax Brasil Seguros	16/fev/22	16/ago/26	R\$468,91
Sterlite Brazil	Corporate	Locação	Potencial Seguradora	30/jun/20	31/mar/23	R\$331,38
Sterlite Brazil	Corporate	Locação	Potencial Seguradora	01/jun/20	31/mar/23	R\$1.314,23
Sterlite Brazil	Corporate	Risco de Incêndio	Chubb Seguradora	03/jul/22	03/jan/24	R\$4.340,63
Tangará	Performance Bond	Performance Bond	Avia	05/set/22	30/dez/27	R\$44.179,03

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Adiantamento para futuro aumento de capital: A São Francisco recebeu da Companhia, de janeiro a maio de 2023, o montante de R\$98.642 a título de AFAC (Adiantamento para futuro aumento de capital). **Empréstimos e financiamentos:** **Sterlite Brazil Participações:** A Companhia quitou antecipadamente em 5 de janeiro de 2023, integralmente o saldo devedor remanescente de 31 de dezembro de 2022, no montante total de R\$2.272, da cédula de crédito bancário nº 2203180001A do Banco Modal, que consiste num adiantamento realizado em 30 de setembro de 2022 da cédula de crédito bancária original nº 2203180001, emitida em 18 de março de 2022 com o principal no montante de R\$28.000. **São Francisco:** A São Francisco assinou em janeiro de 2023, um contrato com o Banco do Brasil de FDNE, no montante de R\$150.000, com previsão de desembolso no 1º semestre de 2023. A São Francisco em 10 de março de 2023, assinou um empréstimo ponte no montante total de R\$150.000 com o BNB/FNE e o mesmo foi desembolsado integralmente no dia 17 de março de 2023, acrescidos a taxa de juros CDI + 3,04% a.a., com prazo de 12 meses. **Escopo adicional:** **Solaris Transmissão de Energia S.A.** A Companhia tem um escopo adicional de reforço de 2 transformadores 500/230 -13,8 kV na SE Janauba 3, que foi entregue à operação em janeiro 2023, aumentando a RAP de Solaris em 38% em relação ao valor da RAP original.

custos não capturados pelos controles internos das controladas da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pelas controladas Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual das controladas da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo contratual e das respectivas receitas, assim como as divulgações nas notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de junho de 2023

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador CRC PE-026317/O



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>